

Fontes Históricas:
revisitando alguns aspectos
primordiais
para a Pesquisa Histórica

*Historical resources:
revisiting some key points for
Historical Research*

José D'Assunção Barros
Doutor em História pela Universidade Federal
Fluminense (UFF).
jose.assun@globo.com

Recebido para publicação em abril de 2012.
Aprovado para publicação em junho de 2012.

Resumo: Este artigo busca desenvolver algumas considerações relacionadas à metodologia de tratamento de 'fontes históricas'. Após algumas considerações relacionadas à própria definição, escolha e constituição de fontes históricas, são discutidas questões mais específicas, tais como uma taxonomia possível para as fontes históricas e questões pertinentes ao seu tratamento metodológico.

Palavras-Chave: Fontes Históricas; Teoria da História; Metodologia.

Abstract: This article aims to develop some considerations related to the methodology for treatment of historical resources. After some considerations about the definition, choice and constitution of the historical resources, they are discussed more specific questions, as the possible taxonomies of historical resources and other problems of methodological treatment of resources in history.

Keywords: Historical Resources; Theory of History; Methodology.

Introdução

“Fonte Histórica”, é já um truísmo repetir isto nos dias de hoje, é tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano. Neste sentido, são fontes históricas tanto os já tradicionais *documentos textuais* (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tantos mais) como também quaisquer outros que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade um dia vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador. Incluem-se como possibilidades documentais desde os *vestígios arqueológicos* e outras fontes de *cultura material* (a arquitetura de um prédio, uma igreja, as ruas de uma cidade, monumentos, cerâmicas, utensílios da vida cotidiana) até *representações pictóricas* e fontes da *cultura oral* (testemunhos colhidos ou provocados pelo historiador). As investigações sobre o genoma humano fizeram do corpo e da própria genética uma fonte histórica igualmente útil e confiável, que inclusive permitiu que os historiadores passassem a ter acesso aos primórdios da aventura humana sobre a Terra, forçando a que se problematize o antigo conceito de “pré-história” que antes sinalizava uma região da realidade um dia

vivida que estava, até então, proibida aos historiadores. De igual maneira, a partir do século XX, quando a geografia passou a atuar interdisciplinarmente com a história, mesmo uma paisagem natural passou a ser encarada como uma possibilidade documental¹. O mesmo se pode dizer das relações entre a história e a linguística, que trouxeram os próprios fatos da língua para o campo das evidências históricas, e também das perspectivas que se produziram na confluência entre História e Antropologia, que permitem que se abordem como fontes históricas as evidências e heranças imateriais, já sem nenhum suporte físico e concreto, como as festas dramáticas populares e os ritos religiosos que se deslocam e perpetuam-se na realidade social, os sistemas integrados e reconhecíveis de práticas e representações, os gestos e modos de sociabilidade, os bens relacionáveis ao chamado ‘patrimônio imaterial’ (modos de fazer algo, receitas alimentares, provérbios e ditos populares, anedotários, apenas para citar exemplos).

É certo que houve um longo desenvolvimento historiográfico até que chegasse o momento em que, para além dos documentos e fontes concretizadas em papel ou qualquer outro material, fossem também admitidas as ‘fontes imateriais’ como campos de evidências das quais poderia o historiador se valer. De todo modo, pode-se dizer que nos dias de hoje não há praticamente limites para

um historiador quanto à possibilidade de transformar qualquer coisa em fonte histórica. Um repertório de gestos, por exemplo, pode ser revelador de permanências do passado. Lembremos o hábito de cumprimentar tirando o chapéu, que provém do repertório de atitudes medievais: quando um cavaleiro cumprimentava o outro, tirava o elmo em sinal de que suas intenções eram pacíficas (sem o elmo, peça bélica defensiva, manifestava algo como uma proposta de desarmamento). Foram-se as batalhas e os elmos, e veio a sociedade oitocentista dos chapéus burgueses. O gesto, contudo, manteve-se incrustado no repertório de atitudes, e mesmo com os chapéus em desuso ainda permanece como um movimento que toca a testa como que para tirar o “elmo imaginário”. É também assim, em certos hábitos enraizados, expressos na vida cotidiana e na prática comportamental, que se busca uma fonte, uma evidência ou um testemunho do passado.

A ampliação documental foi conquista gradual dos historiadores; verificou-se à medida que a Historiografia expandia seus limites no decurso do século XX. O historiador adotava novas perspectivas, passava a dispor de novos métodos e a contar com o intercurso de outras disciplinas (Geografia, Linguística, Psicologia – apenas para mencionar três campos relacionados aos exemplos antes expostos: a paisagem, a

palavra e o gesto). Tudo isso e mais o interesse por novos objetos, até então desprezados pela História tradicional, fez com que a historiografia contemporânea caminhasse para necessitar cada vez mais de outras fontes que não só crônicas e registros arquivísticos. Assim, se os Arquivos são fundamentais para o trabalho dos historiadores, eles estão longe de ser suficientes para fornecer tudo o que os historiadores necessitam para o seu trabalho. Na verdade, a questão de pesquisar ou não em fontes de arquivos tem muito mais a ver com o objeto ou com os problemas históricos que estão sendo examinados do que qualquer outra coisa².

Relaciona-se com essa questão, aliás, outra palavra que frequentemente é empregada como sinônimo de fonte histórica: ‘documento histórico’. Há algum tempo, essa palavra era até mais comum no linguajar do historiador do que ‘fonte histórica’. A expressão ‘documento histórico’, típica do século XIX, mas que continuou a ser usada com sentidos ampliados no século XX, estava muito relacionada tanto aos arquivos que começaram a ser organizados sistematicamente na época, como também à maneira como se concebia a História. Esperava-se que o historiador documentasse, no sentido jurídico, as afirmações que fizesse no decorrer de sua narrativa histórica. Daí a palavra “documento”, que, além de possuir

uma origem jurídica, estava associada à ideia de prova, de “comprovação”. Hoje, empregam-se indistintamente as expressões “fonte histórica” ou “documento histórico”. No entanto, nota-se certa tendência à preferência cada vez maior pela expressão “fonte histórica”, talvez porque a expressão “documento histórico” tenha ficado um pouco associada à historiografia positivista, e um pouco também porque o historiador não espera mais dos materiais e evidências que lhes chegam do passado apenas ou necessariamente uma “prova”, encarando também as fontes como discursos a serem analisados ou redes de práticas e representações a serem compreendidas. Por isso, tende-se frequentemente à utilização da palavra “fonte” na atual prática historiográfica. Em contrapartida, quando um historiador utiliza, nos dias de hoje, a palavra ‘documento histórico’, pode estar se referindo a qualquer tipo de fonte histórica, e não apenas àqueles tipos mais específicos de documentos textuais que os positivistas priorizavam.

Tipologia e Taxonomia das Fontes

Já discutimos, na introdução deste texto, o conceito de fonte. A historiografia contemporânea, a partir do século XX, foi de fato ampliando esse conceito, tornando-o mais abrangente e aplicado a mais materiais e realidades capazes de fornecerem

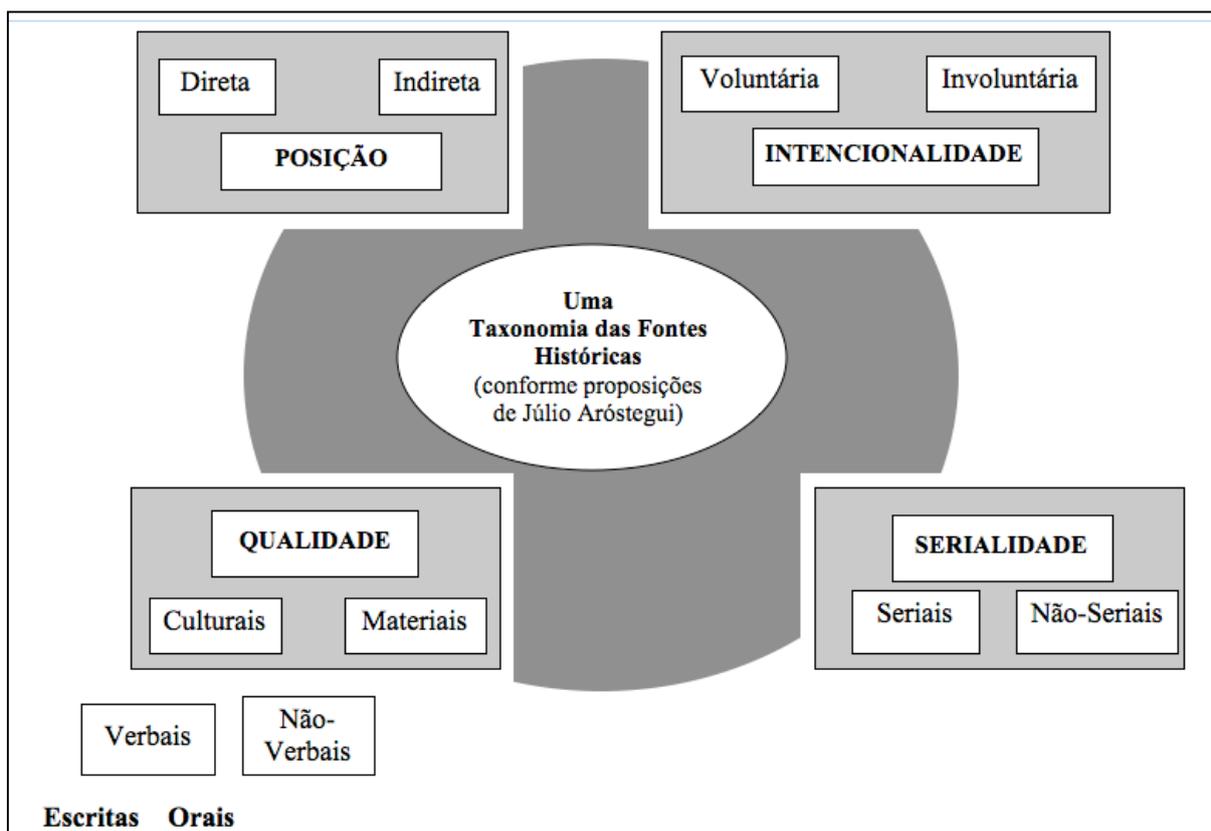
informações, evidências e discursos a serem analisados pelos historiadores. Pode-se dizer, assim, que em relação aos antigos manuais positivistas e historicistas, os historiadores hoje trabalham com um conceito ampliado de fonte histórica. É também um conceito mais complexo. A Fonte Histórica, a partir do momento que deixou de ser encarada com ingenuidade, se pudermos utilizar esta expressão para nos referirmos a um tratamento mais superficial das fontes, passou também a ser vista de modo mais complexo.

Uma primeira operação importante para o historiador que adentra o trabalho de reconstrução de um processo histórico é iniciar um sistemático processo de compreensão acerca das próprias fontes que utilizará em seu trabalho historiográfico, sejam elas quais forem. Para isso, vários autores na área de Teoria e Metodologia têm proposto “taxonomias” – como forma de melhor compreender cada tipo de fonte que se pode ter à disposição ou que se possa constituir no processo de produção do conhecimento histórico. Uma taxonomia é uma classificação, uma maneira de entender melhor este vasto e complexo universo que constitui o conjunto de todas as fontes históricas possíveis – o que, rigorosamente, coincide com toda a produção material e imaterial humana que pode permitir aos historiadores interagirem com as várias sociedades localizadas no tempo.

Uma taxonomia bem interessante foi elaborada por Júlio Aróstegui em seu livro *A Pesquisa Histórica* (2003, p.493). O esquema a seguir (Quadro 1) reproduz essa proposição, mas organizando-o visualmente de uma nova maneira e substituindo eventualmente um termo ou outro.

Aróstegui propõe uma taxonomia por uma razão importante. Não se trata de mero esforço de erudição, ou de fetiche de classificação. Tal como ele esclarece na parte de seu livro que se refere a “uma nova taxonomia das fontes históricas” (2006, p.495), uma taxonomia deve ser útil para a própria avaliação problematizada das fontes³.

De nossa parte, acrescentaremos que, o que de certo modo é só outra maneira de dizer as coisas, uma taxonomia deve permitir ao historiador fazer algumas perguntas fundamentais às suas fontes. Classificar é aproximar-se do objeto com uma pergunta, com uma questão que se faz incidir sobre o objeto para melhor compreendê-lo. É assim que o primeiro critério levantado por Aróstegui é o “posicional”. Pergunta-se aqui: que posição a fonte histórica disponibilizada ou constituída ocupa em relação ao objeto histórico ou realidade histórica examinada, ou mesmo, em relação ao problema proposto, ao seu contexto mais imediato.



Quadro 1: Esquema elaborado pelo autor a partir de Aróstegui (2003)

Posição da Fonte

Avaliar a posição da fonte em relação ao processo histórico a que ela dá acesso é, de fato, a primeira ação a ser encaminhada pelo historiador. Em tempos mais remotos, esse tipo de classificação era análogo à que se colocava em termos de uma dicotomia entre “fontes primárias” ou “fontes secundárias”. Essas expressões caíram em desuso na historiografia mais recente. Falaremos em termos de “fontes diretas” ou “fontes indiretas”, acompanhando a proposta inicial da taxonomia de Aróstegui, que permite uma maior e melhor aproximação em relação a certos problemas e questões de nosso tempo.

Antes de mais nada, é preciso notar que a reflexão sobre a “posição das fontes” poderia levar a pensar em relação a quatro coisas. De fato, historiadores diferenciados têm definido a ‘posição’ de uma fonte com relação a quatro âmbitos distintos – a posição da fonte em relação à época; a posição em relação aos fatos ou ao processo histórico que está sendo especificamente examinado; a posição ideológica em relação aos acontecimentos narrados pelo autor da fonte (para o caso de fontes autorais); a posição da fonte em relação ao problema tratado pelo historiador. Será útil refletirmos sobre isso de modo a adotar a proposta mais conveniente.

A antiga noção de uma dicotomia entre ‘fonte primária’ e ‘fonte secundária’,

hoje expressa em termos de contaste entre a ‘fonte direta’ e a ‘fonte indireta’, relaciona-se à questão da possibilidade que ocorram intermediações no processo informativo ou de produção de uma fonte histórica. Naquela que chamaremos de ‘fonte indireta’, o autor ou enunciador do texto chega ao seu objeto ou nos transmite alguma informação passando por um intermediário ou mais. A fonte em ‘posição indireta’ situa-se, por vezes, em uma cadeia documental, testemunhal ou informativa, colocando-se, por exemplo, entre o historiador e um primeiro documento ou testemunho, anterior a todos. Nenhuma fonte, destarte, é direta ou indireta de maneira absoluta. Qualquer classificação nesse sentido depende do *objeto* que tenhamos em vista, conforme veremos oportunamente. Se tomarmos a obra *História* do historiador grego Heródoto (484-425a.C.), essa poderá ser considerada uma fonte indireta no que se refere aos relatos referentes às gerações que o precederam, mas pode ser considerada fonte direta no que se refere aos relatos que lhe foram contemporâneos, ou presenciáveis pelo próprio Heródoto. Por outro lado, mesmo nos relatos que se referem a períodos anteriores à época de Heródoto, os seus textos podem ser considerados fonte direta, desde que o nosso objeto de estudo seja não propriamente aquele conjunto de acontecimentos, mas a visão que deles tinham Heródoto e outros homens de sua época. Essa questão é complexa, e

relaciona-se ao fato de que as várias fontes ou documentos narrativos podem ser tratados de um lado como “testemunhos de uma época ou situação”, e de outro lado como “discursos de uma época”. De todo modo, veremos que a questão é ainda mais complexa, já que as intermediações não se dão apenas diacronicamente (entre épocas distintas), mas, também, sincronicamente (no mesmo tempo).

(1) Vejamos a primeira postura possível em relação à chamada “posição de uma fonte”. A “posição” de uma fonte dar-se-ia em relação à época em que foi produzida, isto é, estaria a posição relacionada à “procedência” das fontes? Essa postura diante do problema da “posição da fonte” era bastante tradicional em antigos manuais historiográficos. Considera-se, antes de tudo, a chamada “posição cronológica”, como se esta fosse suficiente para legitimar as informações fornecidas sobre determinado período. Duas fontes da mesma época, de acordo com esse ponto de vista, seriam igualmente importantes para um determinado estudo, independentemente de sua natureza, gênero, condições de produção, ou da posição de seu enunciador em relação aos fatos ou processos a que se refere. Isso, naturalmente, será sempre problemático, pois o fato de duas fontes pertencerem a um mesmo período (serem sincrônicas uma em relação à outra), não implica que ambas possuam o mesmo

grau de fiabilidade em relação aos fatos ou processos abordados em seu texto.

(2) Vejamos, agora, uma postura diferenciada perante esse mesmo critério classificatório. Neste caso, a posição estará colocando em jogo o “conteúdo” da fonte de uma maneira muito específica, relacionando-o à maneira como foram reunidas as informações pelo enunciador ou autor da fonte. Esta maneira de pensar já faz avançar o problema. Dois indivíduos de uma mesma época e contexto, embora produzindo depoimentos em relação a um mesmo processo e mergulhados no mesmo contexto social, poderiam apresentar, por exemplo, algumas diferenças: um teria presenciado os acontecimentos aos quais pretende se referir, outro não (digamos que estaria relatando fatos a partir do que leu de outro, ou ouviu dizer). Essa maneira de pensar o contraste entre fontes diretas e fontes indiretas, conforme observa Aróstegui em seu ensaio sobre *A Pesquisa Histórica* (1995), correspondia também a uma posição clássica:

“Uma fonte classificada como direta era um escrito ou um relato de alguma testemunha presencial de um fato, de um protagonista, de uma documentação que emanava, às vezes, diretamente do ato em estudo. Uma fonte indireta era uma fonte mediada ou mediatizada, uma informação baseada, por sua vez, em outras informações, não testemunhais.” (ARÓSTEGUI, 2006, p.495).

Aróstegui acrescenta ainda que esse critério classificador – ou essa maneira de

pensar a relação entre fontes diretas ou indiretas, poderíamos acrescentar – levava em conta os escritos “em forma de crônica, de memória, de reportagem”, ou, dito de outra forma, as fontes mais especificamente autorais-narrativas. A distinção entre duas fontes dá-se, aqui, por referência à sua proximidade em relação aos fatos narrados.

(3) Considerar a posição ideológica do autor de uma fonte (pois ainda aqui estamos nos referindo às fontes autorais), já permite ultrapassar um ponto de vista positivista ou ingênuo. Só a mera posição de um indivíduo-autor em relação ao fato examinado – se ele estava em uma posição presencial ou não em relação àquilo de que fala nas fontes – não asseguraria de modo algum a fidedignidade das informações sobre esse fato. Um criminoso, quando comete um furto ou qualquer outro delito, é aquele que está em posição de maior proximidade em relação aos fatos diretos do crime, isto considerando todos que integram certo processo criminal (o réu, as testemunhas, os depoentes que não presenciaram nada, mas podem prestar informações relevantes). Em termos de presencialidade em relação ao crime investigado, o criminoso só ombreia com a vítima, se houver uma. E no entanto dificilmente um criminoso irá confessar o seu crime, a não ser em vista das pressões do inquérito ou do avanço de uma investigação. A proximidade presencial não assegura

correção, isenção ou precisão em relação àquilo que se diz, o que fica óbvio nos casos de investigações criminais. Também, para a investigação histórica, devemos pensar de maneira análoga. Não é porque uma fonte foi escrita na mesma época, ou porque o que se disse foi mesmo presenciado pelo autor de um texto, que o historiador irá considerar as informações ali encaminhadas como expressão da verdade.

Situar a posição ideológica de um autor em relação ao fato examinado já permite um aperfeiçoamento no trabalho que está sendo realizado pelo historiador em relação às suas fontes. Um nobre realista, um nobre radical, um burguês jacobino, um burguês girondino ou um revolucionário de posição mais próxima do anarquismo terão tido, cada qual, visões distintas dos mesmos fatos da Revolução Francesa que um dia presenciaram. A avaliação da posição ideológica em relação a certos acontecimentos ou processos permite introduzir uma nova postura historiográfica, que é a de tratar a fonte-autoral não como testemunho ou fonte de informações, mas como discurso a ser analisado. Adentramos aqui, certamente, uma posição mais moderna no âmbito da crítica de fontes.

(4) A “posição” se refere à relação do “conteúdo” ou “natureza” da fonte em relação ao “problema” colocado pelo historiador. Se pensarmos desta maneira, pode ser secundário se o conteúdo foi produzido

com conhecimento direto dos fatos (acontecimentos presenciados, por exemplo), ou se o conteúdo foi produzido de segunda mão, a partir do que o seu autor teria ouvido dizer ou lido em textos de seus contemporâneos. Isto porque pode se dar que o problema investigado não sejam os fatos narrados em si mesmo, mas a sua divulgação por indivíduos de determinada classe social, por exemplo. Pode-se dar que o que esteja sendo buscado como problema seja o discurso que se profere sobre algo, e não esse algo que se tornou objeto de um discurso. Pode-se dar que certa fonte expresse mentira ou má-fé com relação à determinada sequência de acontecimentos, ou que reinterprete certos processos com vistas a determinados interesses, manipulando os fatos, e que, ainda assim, seja a melhor fonte para o problema examinado porque o que o problema histórico em questão procura identificar é precisamente essa mentira, essa má-fé, essa manipulação (as razões dela, seus desdobramentos, seus modos de enunciação). Essa postura reintroduz o problema da posição de uma fonte histórica de modo particularmente novo, mais afinado com os novos tempos, estes que visam uma história problematizada, não meramente informativa ou descritiva.

Ainda relativamente à mesma postura, digamos que busco compreender, ou me informar, sobre as representações coletivas ou sobre práticas cotidianas de uma

determinada sociedade ou grupo social. Em função deste assunto, certa fonte pode-se colocar em posição direta – isto é, ela é o tipo de fonte que nos aproxima tão diretamente quanto possível das representações coletivas ou das práticas cotidianas de uma determinada sociedade. A *Vida de São Bento* (480-547), por exemplo, é narrada por Gregório Magno (540-604) na Idade Média, e por outros tantos hagiógrafos do período. Gregório de Magno tinha apenas sete anos de idade quando São Bento faleceu. Construiu o segundo livro dos seus *Diálogos* – estas fontes nas quais procura precisamente falar sobre a vida de Bento de Núrsia – a partir de fatos narrados por monges que o teriam conhecido pessoalmente. Portanto, a sua prática é mediadora; mal comparando, Gregório de Magno está em uma posição análoga à de um historiador da História Oral frente a seus entrevistados, embora sem possuir à sua disposição técnicas que nas últimas décadas foram desenvolvidas no âmbito dessa modalidade histórica. Trata-se, portanto, de uma mediação a ser bem problematizada. O historiador não pode adentrar os relatos de Gregório de Magno sobre São Bento como se estivesse se aproximando de informações colhidas diretamente.

Se tomo os *Diálogos* de Gregório Magno como fonte para me informar ou refletir sobre a própria vida de Bento de Núrsia, ou para entender qualquer outro

personagem que teria convivido com este e que aparece nos relatos hagiográficos produzidos por Gregório Magno sobre São Bento, minha fonte, na verdade, tem uma posição indireta em relação ao tema proposto. Mas se a tomo como fonte para compreender aspectos sobre a vida cotidiana nessa época, ou, mais ainda, da época do próprio Gregório Magno, essa fonte pode se tornar direta. Frequentemente, uma fonte histórica apresenta, nas suas margens ou no seu material narrativo, elementos que possibilitam traçar um retrato da vida cotidiana de uma sociedade. Não era o objetivo do autor do relato produzir esse retrato – já que seu objetivo era, na verdade, produzir um relato sobre a vida deste ou daquele Santo, de modo a enaltecê-lo – e, no entanto, este autor produziu esse retrato, quase involuntariamente (o que nos colocará adiante de outro critério a ser considerado para a taxonomia das fontes: a sua intencionalidade). O involuntário, o que se produz sem querer, é frequentemente de grande utilidade para o historiador. Mas já voltaremos a isso.

O mesmo relato hagiográfico sobre Bento de Núrsia, de autoria de Gregório Magno, pode ser excelente fonte para o exame das representações coletivas, do imaginário religioso, do simbolismo da época. Esta temática coloca aquela fonte em uma posição direta, pois há um canal direto entre o que a fonte deixa escapar e o que o problema

pretende iluminar: não a vida concreta e específica deste ou daquele santo, mas o que se estabelece em torno dessas figuras que se tornam centrais para o imaginário religioso de uma época. Ocorre, assim, que a Vida de São Bento é direta para a apreensão de aspectos da vida material e cotidiana dos homens da época de Gregório Magno (que aliás não haviam mudado praticamente nada desde a época de Bento, que é da geração imediatamente anterior). Também é uma fonte direta para se perceber o imaginário religioso, o simbolismo da Igreja, ou certas questões da própria época de Gregório Magno (mas ainda do que da de Bento de Núrsia). E, no entanto, não é fonte direta precisamente em relação àquilo de que o próprio autor da fonte procurou dar conta: a vida de Bento de Núrsia.

Outro exemplo. A secretária de Adolf Hitler⁴ produziu um *Diário* que é hoje bastante utilizado pelos estudiosos do Nazismo interessados em perceber aspectos biográficos do líder nazista, ou mesmo outras questões como as relações interpessoais entre os diversos participantes da SS, suas posições em relação ao centro de poder, suas alianças, e assim por diante. Essa secretária de Hitler conviveu, naturalmente, com o ditador nazista, e certamente seu *Diário* poderá ser considerado, em algum nível, fonte direta para o estudo do cotidiano de Hitler e de outros membros da elite nazista, embora tenha

se completado sua versão escrita em 1947. Foi divulgado pela autora somente nos anos 1990, o que também precisa ser considerado, e já sob o título “Eu Fui Secretária de Hitler”, o que introduz o seu trecho em certa rede editorial na qual se explora certo potencial de vendagem. Mais tarde, o *Diário*, e depoimentos da própria Traudl Junge seriam utilizados para a elaboração do filme “A Queda”, que relata os últimos dias de Hitler. Isso introduz o texto primitivo em outro circuito de circulação, é claro. Por ora, vamos nos concentrar no *Diário*.

Em que pese que, através desse Diário, possamo-nos aproximar, de alguma maneira, de Hitler ou do seu cotidiano nos últimos anos do *Reich*, trata-se de uma fonte ainda mais direta para o estudo de outro problema: como o Nazismo teria impactado uma jovem alemã de Munique nos anos 1930, pertencente à geração de Traudl Junge, ou à sua categoria profissional? Como pessoas como essa jovem poderiam ter aceitado, e mesmo acreditado ser natural, o extermínio de milhões de judeus e outros grupos em campos de concentração? O universo dos pensamentos de Traudl Junge, ainda mais do que o universo dos pensamentos de Hitler, torna-se acessível tão diretamente quanto possível ao historiador que examina os seus diários. Isto, claro, sem deixar de lembrar que este historiador estará se perguntando a todo instante pela sinceridade de Traudl Junge com

relação às questões que ela registra, e que a todo instante ele a estará analisando para que suas palavras revelem o que a própria autora não pensava em dizer. A sua verdade ou a sua mentira com relação a essas questões não importa, são acessadas mais diretamente pelos Diários de Traudl Junge do que a verdade ou a mentira de Hitler. De um modo ou de outro, Traudl foi participante dos acontecimentos, suas fontes oferecem uma posição presencial para se refletir sobre problemas relacionados aos últimos anos de Hitler. Podemos utilizá-la para apreender certas informações. Mas, sobretudo, podemos utilizá-la para analisar um Discurso: o discurso de Traudl Junge, e menos diretamente, mas também com alguma relevância, será possível analisar o que nos chegar, através das palavras de Traudl, do discurso do próprio Adolf Hitler.

Suponhamos, por fim, que Traudl Junge, em certas partes do Diário, descreva lateralmente, de modo a inscrever certos personagens em uma cena, determinados objetos, vestimentas, hábitos, situações que não lhe teriam parecido ter maior importância senão como componentes de cena. Exatamente porque esses objetos e hábitos não lhe pareceram ter importância – e, portanto, estão menos sujeitos a suas eventuais falsificações e a interferências ideológicas, já que ninguém falsifica ou deturpa detalhes que não têm importância – exatamente por isso, talvez essas descrições

laterais serão importantes para um historiador. Esses objetos, pode-se dar o caso, talvez cheguem de maneira mais direta ao historiador através das palavras de Traudl, mais do que nos casos de discursos nos quais a ideologia se infiltra sem querer ou através da intencionalidade. Um mundo de objetos do passado pode chegar aos historiadores através de fontes que os mencionem lateralmente. Pode-se dar que, para um problema histórico qualquer que envolva estes objetos – cultura material, indumentária, padrões de sociabilidade –, as fontes que os apresentam quase involuntariamente se tornem fontes diretas com relação à posição que ocupam em relação ao problema.

Rigorosamente falando, poderíamos finalizar, não existem propriamente as fontes diretas quando se trata de uma mediação através do discurso. Mesmo as fotos, através da escolha de certo ângulo ou daquilo que será fotografado, pode trazer mediações. O próprio objeto que chega mais ou menos diretamente do passado através do registro arqueológico, talvez, já possa ser indicado mais facilmente como uma fonte direta. Processos criminais contra escravos, a despeito de pouco servirem ao historiador no sentido de situá-lo perante o crime cometido, frequentemente lhe trazem informações sobre a vida cotidiana do escravo, seus hábitos pessoais, suas idiossincrasias como indivíduo humano, suas redes de solidariedade e

rivalidade. Com frequência, esse rastreamento que se faz da vida do criminoso ou do réu, revelando aspectos de sua vida que não chegariam ao historiador através de nenhuma outra fonte, e dependendo sempre do problema de pesquisa que o historiador terá em pauta, permitirá que uma fonte como essa se situe como mais próxima de ser “fonte direta” para entender a vida cotidiana do escravo do que para avaliar alguma outra questão que coloque em jogo as oposições sociais entre os atores envolvidos.

Intencionalidade

Uma fonte histórica pode ser produzida voluntariamente ou involuntariamente. Há implicações em uma ou outra dessas situações. Já comentamos o fato de que, nas fontes de natureza autoral, pode estar implicada uma posição ideológica em relação aos fatos de que um texto trata. A ‘intencionalidade’, ou não, de uma fonte traz implicações relacionadas à posição ideológica de seus autores (se os há, pois há fontes que não são autorais, obviamente), e também relativas a inúmeros outros aspectos. Em relação ao fator “intencionalidade”, Júlio Aróstegui estabelece uma divisão entre “fontes testemunhais” e fontes “não-testemunhais”, considerando que “é radicalmente diferente que uma criação humana tenha sido concebida como ‘testemunho histórico’ ou que, ao contrário,

tenha sido produzida no curso de uma atividade e finalidade sociais que não têm, em absoluto, o caráter testemunhal como horizonte” (ARÓSTEGUI, 2006, p.496).

Para tratar dos mesmos aspectos, Marc Bloch, em sua *Apologia da História* (1949, post), preferiu se expressar em termos de “fontes voluntárias e fontes não-voluntárias”. Adotando uma ou outra dessas nomenclaturas, o importante é considerar que esse critério taxonômico (ou da intencionalidade), ocupa-se basicamente de lançar uma indagação sobre as condições de produção de determinada fonte. A indagação não recobre tudo o que se pode saber sobre as condições de produção de uma fonte (pois há outros aspectos envolvidos, e que se relacionam àquilo que Michel de Certeau chamou de “lugar de produção” para se referir a aspectos que vão desde a filiação institucional do autor às circunstâncias de produção do seu texto). Mas, de todo modo, a indagação sobre a voluntariedade, ou não, da fonte lança uma questão importante para a compreensão da mesma no que se refere às suas condições de produção.

Se o autor elabora um texto sob o signo da intencionalidade, visando determinado fim com relação a determinado aspecto encaminhado pelo seu texto, o seu pensamento estará atuando diretamente no mesmo. Um decreto real, uma correspondência, uma crônica, visam a

produzir determinados efeitos sobre aqueles a quem se destina o texto, particularmente no que se refere ao tema central do texto. Nada impede, também, como já vimos nos exemplos mais acima, que um diário ou uma hagiografia transmita involuntariamente certas informações sobre a cultura material, a indumentária, as práticas simbólicas, ou outras instâncias. Mesmo a fonte produzida voluntariamente, visando determinado fim, apresenta traços involuntários com relação a informações literais: algo que escapa, por assim dizer. Mas, para simplificar, podemos distinguir ‘fontes voluntárias’ como as correspondências, as crônicas, as memórias (ou mesmo as fontes orais, que constituem fontes voluntárias em forma de depoimentos provocados pela prática historiográfica) de outro tipo de fontes, as ‘involuntárias’, que inclui a documentação comercial, cartorial ou jurídica, boa parte da documentação da administração estatal ou privada, e, de outro lado, a maior parte dos inúmeros objetos da cultura material.

Há ainda autores que distinguem, no interior do campo das fontes voluntárias e no que se refere à sua recepção, as de caráter público e as de caráter privado. De fato, há uma modalidade distinta de intencionalidade nas fontes que são produzidas para serem postas a circular ou serem exibidas publicamente – como as crônicas de figuras ilustres, os decretos régios, as estatuárias

comemorativas, os jornais, os livros publicados em certa época, e inúmeras outras – em relação às fontes de intencionalidade privada, como as correspondências ou, no limite, os diários, que apresentam como único leitor previsto o próprio autor do texto, em diálogo íntimo consigo mesmo. No entanto, já vimos que o diário – concebido no interior de uma prática intimista a que não se pretende dar acesso a ninguém – pode ser posto mais tarde a circular, o que já o modifica, pois o transforma em “livro de memórias”, por assim dizer, no qual as informações que antes se queria privadas passam a ser oferecidas ao público, como foi o caso do *Diário da Secretária de Hitler*, escrito em 1947 e publicado na década de 1990.

A revolução documental promovida por novos setores historiográficos como a Escola dos Annales, no primeiro e mais audacioso de seus lances metodológicos, passou a privilegiar francamente os vestígios não-intencionais, ou o que estamos nos referindo como fontes involuntárias. Não foram eliminadas da prática historiográfica, certamente, as fontes autorais, e Lucien Febvre trabalha com inúmeras delas em suas biografias sobre *Philippe II, Lutero* (1928) ou *Rabelais* (1942). Mas, de todo modo, as fontes não-intencionais, e particularmente aquelas que poderiam ser serializadas de modo a se converter em uma documentação massiva pronta a revelar aspectos da vida coletiva,

tornou-se a grande novidade introduzida pelas dimensões da História Econômico-Social, da História Demográfica, ou mesmo da História das Mentalidades, todas elas passíveis de ser trabalhadas de acordo com a abordagem igualmente inovadora da História Serial. Historiadores dos mais distintos matizes teóricos acorreram às novas possibilidades documentais. No âmbito do Materialismo Histórico, teríamos desde o Pierre Labrousse do célebre ensaio de 1933 sobre “O movimento dos Preços”, até o Pierre Vilar dos estudos sobre a Catalunha⁵. E, entre os anos 1955 e 1960, Pierre Chaunu traria a monumental realização de uma tese em 12 volumes na qual, juntamente com sua esposa Huguette Chaunu, procede a exaustivas quantificações e serializações de modo a rastrear as flutuações do comércio entre *Sevilla e o Atlântico* (1955-1960)⁶. No âmbito da História Local, a contribuição pioneira relacionada ao uso das fontes massivas seria a de Goubert, com sua tese sobre *Beauvais et le Beauvaisis* (1960). E, por aí, poderiam seguir indefinidamente os exemplos historiográficos.

Para além das fontes seriadas ou serializáveis, são fontes não-voluntárias todos os vestígios e objetos da cultura material que nos chegam através da Arqueologia; mas também toda a diversificada e exaustiva documentação produzida pela burocracia, pela normatização social e pelo controle estatal ou institucional. A enorme quantidade de

documentação que em determinado momento de sua utilidade para a vida cotidiana está guardada em cartórios, fóruns judiciais, arquivos institucionais (como os registros paroquiais das Igrejas), órgãos estatais de registro e controle social, mas também a documentação de administração privada e empresarial, não foi certamente produzida para ficar para a História, mas, sim, para dar conta de uma série de necessidades da vida prática, cotidiana e social. Desta maneira, elas transmitem informações e evidências que não estão relacionadas a uma intenção testemunhal, não procuram forjar uma imagem, afirmar uma identidade construída ou marcar uma posição ideológica. A não-intencionalidade dessas fontes fez com que, durante décadas, muitos historiadores considerassem esse tipo de documentação superior às fontes autorais, que haviam sido utilizadas amplamente pela historiografia do século XIX, mais particularmente a documentação autoral voltada para a História da Política. Predominou entre os anos 1930 e 1970 esta ideia de que a fonte não-intencional poderia trazer para o historiador informações mais diretas, não mediadas por interesses de grupos sociais específicos ou pontos de vista individuais encaminhados pelo autor.

Dos anos 1980 em diante, as fontes autorais voltam a ocupar uma posição importante, já dominadas por técnicas como a Análise de Discurso, a avaliação de

vocabulário, a contextualização sistemática, o rastreamento de posições ideológicas, a pesquisa sobre as intertextualidades de um texto, a compreensão da Recepção como instância que interfere na própria Produção do Discurso. O fato de uma fonte ser intencional, dessa maneira, não traz uma limitação para o historiador, mas até mesmo outro tipo de riqueza, desde que ele se posicione metodologicamente e recoloca os seus problemas históricos de uma maneira que seu objetivo não se limite a colher informações, mas, sim, analisá-las no interior de discursos, de práticas e representações. De igual maneira, abordagens como a da Micro-História desenvolveram a astúcia de apreender o detalhe, de captar o não-dito, de fazer falar o silêncio das fontes, de estudar uma fonte pelas suas margens. Através desses caminhos, o involuntário também pode falar no interior de uma fonte voluntária. Desse modo, a partição de fontes de acordo com o critério da intencionalidade, dividindo-as em voluntárias e não-voluntárias, não implica que uma dessas categorias tenha precedência sobre a outra. A antiga fetichização da documentação serial passou a ser criticada, nesses termos, por uma historiografia que começou a se abrir novamente para possibilidades antes reprimidas, como a narrativa, o acontecimental, e também para alternativas inéditas, como a redução da escala de observação, sem falar na

multiplicação de fontes de natureza diversificada, como as iconografias, o Cinema, o som musical.

A Qualidade da Fonte (Suporte / Mensagem)

Um critério de ‘qualidade’ permite pensar uma nova subdivisão de categorias para as fontes históricas. Aróstegui, em *A Pesquisa Histórica* (1995), distingue no interior desse critério as fontes ‘materiais’ em oposição às ‘culturais’. As fontes materiais seriam basicamente as fontes arqueológicas – “aqueles documentos históricos cujo valor informativo reside, em primeiro lugar, em sua própria materialidade”, e que, acrescenta Aróstegui, são fontes que interessam como objetos. Enquanto isto, as “fontes culturais” corresponderiam àquelas que “interessam por sua mensagem, da qual o próprio objeto é mero suporte” (p.500).

As designações utilizadas por Aróstegui são um pouco problemáticas, uma vez que os objetos que seriam classificados segundo este critério taxonômico como “fontes materiais” não deixam de ser, também, produtos da cultura – ou seja, fontes da cultura material. Além disso, não existe propriamente esse objeto que apenas se confunde com o suporte, que não traz em si mesmo alguma mensagem (mesmo que velada), que não seja ponto de confluência de certos padrões de representação, ou que não

seja passível de revelar inscrições de simbolismo, e, de algum modo, qualquer objeto sempre termina por realizar na sua própria matéria certo imaginário, tal como propõem alguns autores⁷. De igual maneira, há estudos historiográficos que já avançaram há muito pela questão de que um livro, por exemplo, uma “fonte cultural” segundo a categorização de Aróstegui, deve também ser analisado levando-se em consideração “o suporte que o dá a ler” (Chartier). Mesmo que analisemos a fonte fundamentalmente através da sua mensagem – do seu texto – esse texto foi também construído de uma determinada maneira também em função do suporte-livro, para além de estratégias editoriais diversas que enquadram seu texto, situam-no em um padrão, impõem limites à sua extensão.

Seria útil, quem sabe, avançar por este critério taxonômico que seria o da ‘qualidade’. Talvez, criar alguma categoria mais complexa para opor às “fontes materiais”, como as “fontes de conteúdo”, que, nesse caso, podem ou não vir acompanhadas de seu suporte original. O livro *Hamlet*, de Shakespeare, não precisa ser analisado historiograficamente junto a um suporte-livro (a não ser que o problema histórico o exija), considerando-se que esse suporte-livro já se multiplicou através de inúmeros formatos editoriais e também virtuais, e porque, além do mais, o texto já se apresenta em nossa cultura como também um

bem imaterial. *Hamlet*, como os milhões de textos que se disponibilizam para as análises historiográficas, são abordados pelos historiadores e outros analistas pelo seu conteúdo (aqui entendido como a fusão de mensagem e forma textual, pois também se considera modernamente que estas instâncias só se separam artificialmente e frequentemente com dificuldades que levam a perder algo na análise). Teríamos, assim, de acordo com uma nova proposta, o contraste entre as “fontes materiais” propriamente ditas, e as “fontes de conteúdo” (aquelas nas quais o conteúdo é separável da matéria, não se confundindo com ela, tal como ocorre com os objetos de cultura material). Mas ao lado dessas categorias deveria entrar uma terceira – a das “fontes imateriais” – conforme discorreremos a seguir.

A tendência historiográfica atual é entender como fonte histórica não apenas aquelas que possuem um suporte, mas também as mensagens, conjuntos integrados de práticas e representações, verbalizações e não-verbalizações que circulam livremente, sem uma matéria na qual se fixam e que as imobilizam. Consideremos, por exemplo, um anedotário, um conjunto de piadas que é patrimônio de determinado circuito cultural. Estas piadas, disseminadas através da cultura oral, também podem se tornar fontes para o historiador. Hoje, por exemplo, tem-se o conceito do “patrimônio imaterial”: uma

receita alimentar, uma técnica de bordado, um modo de construir algo, uma festa dramática, um ritual religioso. Esses imateriais também podem vir a se constituir em fontes para o historiador. Como não considerá-los? Certo conjunto de gestos, perceptível nos modos como os indivíduos de certa população desenvolvem sua sociabilidade, pode se tornar igualmente evidência histórica (o cavaleiro novecentista que na via pública retira o chapéu para cumprimentar um outro é herança transformada do cavaleiro medieval que, em sinal de paz e de postura desarmada, retira o elmo, abrindo mão de um recurso importante para a defesa do guerreiro).

Propomos, dessa maneira, a tríplice divisão das fontes históricas com relação ao critério ‘qualidade’: as ‘fontes materiais’, aquela em que o que estará sendo analisado integra-se à matéria mesma, com ela se confundindo; as ‘fontes de conteúdo’ (que admitem suporte, mas que também podem se deslocar livremente); as ‘fontes imateriais’ (que não admitem suporte e que podem sofrer pequenas mudanças no seu deslocamento pelo mundo histórico da cultura, tal como ocorre com as festas dramáticas, os rituais religiosos, as anedotas, os ditos populares, as cantigas de ninar, os sistemas de gestos).

Como possibilidades de ‘fontes materiais’, já havíamos observado a inclusão nessa categoria de todos os objetos arqueológicos (o que inclui os vestígios pré-

históricos, históricos, e relacionados ao presente através da ‘arqueologia industrial’), mas também, aqui, deveremos incluir os ‘lugares’, os ambientes naturais que se oferecem à visão do historiador para que compreenda uma sociedade que ali habitou ou que daquele ambiente em questão se utilizou. A inclusão dos lugares entre as ‘fontes materiais’ que se oferecem à análise historiográfica é particularmente oportuna a partir do século XX, pois quando a Geografia passou a atuar interdisciplinarmente com a História, mesmo uma paisagem natural passou a ser encarada como uma possibilidade documental importante⁸.

Entre as “fontes de conteúdo”, uma primeira bipartição parece se expressar em nossa cultura historiográfica, tão marcada pela palavra. Teríamos como seus desdobramentos as “fontes “não-verbais” e as “fontes verbais”, estas últimas se constituindo de um lado dos textos ou registros escritos de todos os tipos, narrativos ou não-narrativos, e de outro lado dos ‘arquivos provocados’ pela História Oral através de entrevistas. Entre as “fontes não-verbais”, teríamos as iconografias, a Música. Poder-se-ia entremear ainda uma categoria relacionada a ‘fontes complexas’, das quais participam tanto os elementos não-verbais como os elementos verbais, tal como o Cinema, o Teatro, os Quadrinhos. E, por fim, em um campo à parte aquelas que atrás chamamos de “fontes

imateriais”, sem registro fixo, mas movendo-se na sociedade e no mundo da cultura através de práticas diversas que as conservam e que permitem que esse tipo de fontes transmita aos historiadores algo do que se passou ou já vem se passando tempos antes: uma herança cultural, vestígios de influências culturais de outras sociedades e civilizações, modos de resistência e de dinamismo cultural, sistemas inteiros que integram antigas práticas e representações (por exemplo, através dos ritos religiosos e das festas dramáticas).

Fontes Seriáveis e Fontes Singularizadas

Os anos 1930, conforme já mencionamos, trouxeram a primeiro plano uma nova possibilidade de tratamento de fontes históricas – particularmente, através da ascensão da Escola dos Annales na França, mas também do desenvolvimento da Cliometria nos Estados Unidos e das explorações do campo da História Econômica por certos setores do Materialismo Histórico. Referimo-nos ao advento da “serialização”. Surge na historiografia uma nova abordagem, que foi a chamada História Serial, e também a História Quantitativa, frequentemente aliada à primeira para o estudo de certos objetos historiográficos envolvendo quantificação em economia, demografia, ou outros campos do saber. Jacques Le Goff, em seu verbete “Documento/Monumento”, ao discorrer sobre a ampliação do universo documental na

terceira metade do século XX, chega a sustentar que haveria, a partir de então, uma nova “hierarquia documental”, e que situaria, em primeiro plano, documentos como os “registros paróquias”, correspondentes a uma documentação massiva capaz de permitir aos historiadores acessar as “massas dormentes” (Le Goff, 1990:541).

Em que pese que as últimas décadas do século XX tenham reintroduzido a importância da documentação qualitativa, questionando uma pretensa hierarquização da documentação massiva em detrimento de toda uma série de outras fontes igualmente importantes para os historiadores, não há como negar que, na época da fundação da Escola dos Annales, a documentação serial constituiu uma grande novidade e uma ampliação extremamente importante no conceito de documentação que até então frequentava os manuais historiográficos.

Cumprir falar, desta maneira, da “fonte serial”. As fontes seriais podem ser definidas como aquelas que se apresentam constituindo um todo (uma “série”) sendo necessário, para tal, alguns requisitos: devem ser, antes de mais nada, homogêneas; em segundo lugar, é preciso que a série se apresente como uma continuidade, e não como um grande conjunto de pontos com lacunas de tempo. Uma determinada fonte pode ser serializável ou não. De fato, só será serializável a fonte que cumprir os requisitos fundamentais que

permitam constituí-la em séries homogêneas de determinada extensão e que se prestem ao seu ordenamento. O objetivo de uma serialização de fontes é identificar, para um determinado processo historiográfico que se tem em vista, certo padrão, repetições ou recorrências que ocorrem na série, mas também as variações que indicam uma tendência, os fluxos e refluxos que podem identificar um ciclo.

Nenhuma fonte é serial por excelência. Há fontes que, dadas as suas especificidades, podem ser serializáveis; e há outras que têm certas características que não permitem esse tipo de abordagem. Documentos indicativos de trocas mercantis, como os utilizados amplamente por Pierre Chaunu em seu volumoso estudo sobre *Sevilha e o Atlântico* (1960-1965). Testamentos como os utilizados por Michel Vovelle na sua busca de identificação de certa mentalidade concernente ao sentimento da morte; eis aqui dois dos exemplos mais conhecidos de aplicação da serialização de fontes a dois campos bem distintos: a História Econômica e a História das Mentalidades. Inúmeros exemplos de fontes serializáveis poderiam ser acrescentados: documentação fiscal, registros de contabilidade de uma empresa; inventários; testamentos; registros paroquiais; ficheiros policiais voltados para a investigação criminal ou para o registro de queixas-crime; discursos

políticos; anuários estatísticos; documentos censitários; sermões religiosos.

Há, também, técnicas mais específicas que podem se unir à abordagem da serialização. Para isso, deve-se compreender que a serialização pode se referir a um conjunto de fontes propriamente dito, mas também a um conjunto de dados, informações ou aspectos. A busca de recorrência de certas palavras em um texto, por exemplo, constitui aquilo a que se chama habitualmente de “pesquisa lexicográfica”, e tal técnica pode vir combinada com a abordagem da serialização.

A partilha taxonômica entre fontes serializáveis e fontes não-serializáveis, proposta por Júlio Aróstegui em sua taxonomia (1995) como um dos critérios dicotômicos a serem considerados, permite, portanto, lançar uma indagação útil às fontes que o historiador tem diante de si.

Outros critérios taxonômicos úteis para a compreensão das fontes

Já discorremos sobre os tipos de fontes que podem gerar categorias relativamente aos seus suportes, possibilidades de suportes ou inexistência de suportes. As “fontes materiais”, aquelas que interessam como objetos mesmos, poderiam ser contrastadas ao que chamamos de “fontes de conteúdo”, que interessam principalmente pelas suas mensagens e conteúdos, mas que, de todo

modo, admitem também suportes. As “fontes textuais”, as “fontes iconográficas” e as “fontes musicais” são subcategorias das “fontes de conteúdo”. Uma fonte textual, por exemplo, apresenta-se frequentemente em suporte-livro, jornal, revista, ou qualquer outro. Hoje, o mesmo texto que está registrado nas páginas de um livro também pode ser transmitido via internet, adquirindo uma existência virtual, ou se registrado em CDs e DVDs, assumindo uma existência digital. Mas de um modo ou de outro, o que interessa na fonte textual, quando é utilizada pelo historiador, é essencialmente o seu conteúdo, ainda que uma reflexão sobre o suporte original de um texto possa também ser incorporado à análise historiográfica, tal como têm feito autores como Roger Chartier (1999) e Alberto Manguel (2004).

Também a “fonte iconográfica” – uma pintura, por exemplo – foi produzida originalmente em suporte. Mais ainda: esse suporte é único, e só existe uma Mona Lisa original. Mas a verdade é que a imagem da Mona Lisa de Leonardo da Vinci pode ser transmitida através de inúmeras reproduções, e também através dos recursos virtuais, da mesma forma que ocorre com um texto. Mas o que nos interessa é que, essencialmente, quando o historiador se aproxima da Mona Lisa, estará analisando o seu conteúdo imagético, embora em uma pesquisa ou outra possa ocorrer o tratamento dessa fonte – no

caso a Mona Lisa original – como objeto material. A “fonte musical”, por fim, pode ser transmitida através de partitura, ou realizada em sonoridade através da gravação em CD, também sendo passível de transmissão através de meios virtuais. A importância, para a análise historiográfica, do “conteúdo” desses tipos de fontes, fez com que a denominássemos “fontes de conteúdo”, com todas as imprecisões e ambiguidades que a expressão comportará. Havia, também, as “fontes imateriais”, que, de modo geral, não admitem o suporte. Um sistema de gestos, uma festa dramática, um ritual religioso, uma prática que sobrevive milenarmente com variações, uma outra que já foi mesmo tombada como ‘patrimônio cultural imaterial’... eis, aqui, um tipo de fonte que, na verdade, não comporta o suporte material. Elas se atualizam a cada momento, e delas podem se valer os historiadores, mas não apresentam o suporte nem obrigatoriamente, nem circunstancialmente.

Neste momento, pretendemos discorrer sobre uma categoria especial das “fontes de conteúdo”, que tem sido de longe, até o dia de hoje, a mais utilizada pelos historiadores. A Fonte Textual, de fato, domina amplamente o universo historiográfico, ainda que tenha crescido muito o trabalho com fontes iconográficas e fontes musicais (isto é, ‘fontes de conteúdo’ não-verbais), e que há, também, muito

trabalho sobre as fontes da cultura material (as ‘fontes materiais’ propriamente ditas). De igual maneira, a Etno-História trabalha amplamente com ‘fontes imateriais’. Lembraremos que, além da fonte textual, há, também, outro tipo de ‘fonte verbal’ que tem crescido bastante no que se refere à sua utilização historiográfica: a Fonte Oral. Mas, ainda assim, mesmo que reconhecendo a ampliação documental para todas as direções possíveis, a verdade é que a fonte textual ocupa um lugar proeminente em nossa historiografia. Vamos, então, avançar por dentro de algumas subcategorias e critérios que nos permitam compreendê-las melhor.

As fontes textuais são aquelas produzidas através da escrita – e essencialmente isso se pode dar através de duas modalidades ou formas de registro: o Manuscrito e o Impresso. Dessa maneira, pode ser igualmente útil pensar as fontes textuais em termos de “fontes manuscritas” e “fontes impressas”, especialmente porque cada uma dessas formas de registro traz suas especificidades e problemas a serem considerados. As fontes manuscritas, por exemplo, escritas a mão com tipos de letras diversificados para as várias sociedades e épocas, sem mencionar a singularidade de cada indivíduo que escreve um texto à mão, implicam frequentemente na necessidade de algum conhecimento de paleografia daqueles

que delas se aproximam para fins historiográficos.

É oportuno lembrar ainda que a ‘fonte impressa’, em diversas ocasiões, pode corresponder, por vezes, a uma “fonte manuscrita” – localizada em algum arquivo ou biblioteca sob a forma de um documento único – para a qual se fez uma versão impressa, não raro se procedendo a uma edição da mesma com vistas a colocá-la em um mercado livreiro ou a possibilitar o seu acesso não apenas a historiadores, mas a todo o tipo de interessados.

A fonte impressa, portanto, oculta, muitas vezes, uma matriz manuscrita ou uma primeira matriz também impressa. Isso significa que a sua reprodução, fazendo-a passar para um novo “suporte”, atravessa todo um processo gráfico intermediário que, muitas vezes, tem de ser precedido por análises paleográficas (para o caso de documentação de períodos mais remotos) e eventuais traduções e tratamentos especializados ao nível dos saberes linguísticos. Ou seja, entre o historiador e seu documento primitivo coloca-se, nesse caso, toda uma série de eventos intermediários para a qual devemos estar atentos. Posto isso, não há qualquer empecilho em realizar uma pesquisa histórica a partir de fontes impressas, contanto que nos asseguremos da idoneidade de sua produção no sentido de evitar distorções em relação ao documento original.

Além disso, o historiador sempre precisa conservar uma compreensão muito clara sobre o que pertence ao “documento primitivo” e o que pertence já ao novo “suporte”. Um texto traz por vezes, imbricadas ao documento impresso, certas estratégias ou práticas editoriais – como prefácios, advertências, glosas, notas – que rigorosamente são interpolações a serem filtradas pelo olhar do historiador. Conforme observa Roger Chartier

“é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor. Daí a necessária separação de dois tipos de dispositivos: os que decorrem do estabelecimento do texto, das estratégias de escrita, das intenções do “autor”; e os dispositivos que resultam da passagem a livro ou a impresso, produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina.” (CHARTIER, 1990, p.127)

Pode se dar ainda o caso de que, apesar de ser manuscrito, o documento seja uma cópia de um primeiro original. Neste caso, teríamos o que se convencionou chamar de *documento manuscrito derivado*. Esse tipo de classificação é importante para o historiador no sentido de pô-lo em prevenção quanto à possibilidade de ocorrência de erros diversos (troca de letras, supressão de palavras e de linhas inteiras). Assim, pode ser particularmente útil para os historiadores

distinguir entre documentos manuscritos *originais* e documentos manuscritos *derivados*.

Há ainda as categorizações que se referem ao âmbito em que foi produzido o documento – e que, na verdade, já antecipam algumas das considerações sobre o “lugar de produção” em que se inscreve a obra. Nesse sentido, um documento ou texto pode ser *público* (produzido oficialmente pelo Estado, mas também por uma Associação, pela Igreja etc.) ou *privado* (isto é, produzido por um particular). Cada um desses tipos ainda pode ser avaliado com respeito ao âmbito de sua circulação. Por exemplo, um “documento privado” pode ter sido projetado para conservar-se no âmbito particular (uma carta endereçada a outro indivíduo, por exemplo) ou para se tornar público (um livro, uma peça de teatro, uma confissão pública, o balancete de uma empresa). Por outro lado, o “documento público” pode ter finalidades de transmitir uma informação à coletividade (um decreto real, uma carta constitucional) ou comunicar algo a um particular (uma notificação judicial). Pode, ainda, se dar o caso de que o documento não tenha sido projetado para circular em qualquer desses âmbitos (diário, anotações pessoais).

Ainda com relação a fontes de natureza textual, será ainda preciso considerar como instância de máxima importância para a análise historiográfica a *natureza do texto*, ou

o que convencionaremos chamar *gênero do discurso*. As fontes textuais de que se pode valer um historiador abarcam um grande número de possibilidades: crônicas, narrativas, poemas, literatura de ficção, prosa moralística, obras historiográficas, ensaios, tratados técnicos, entre as que habitualmente se prestam mais à análise qualitativa que à serialização, e um grande número de outras fontes que podem ser encontradas nos arquivos, como textos legislativos, registros cartoriais, documentos comerciais. Enfim, tem-se, aqui, toda uma diversidade de documentos que têm em comum a utilização da linguagem escrita (e não a falada, a pictórica, etc.).

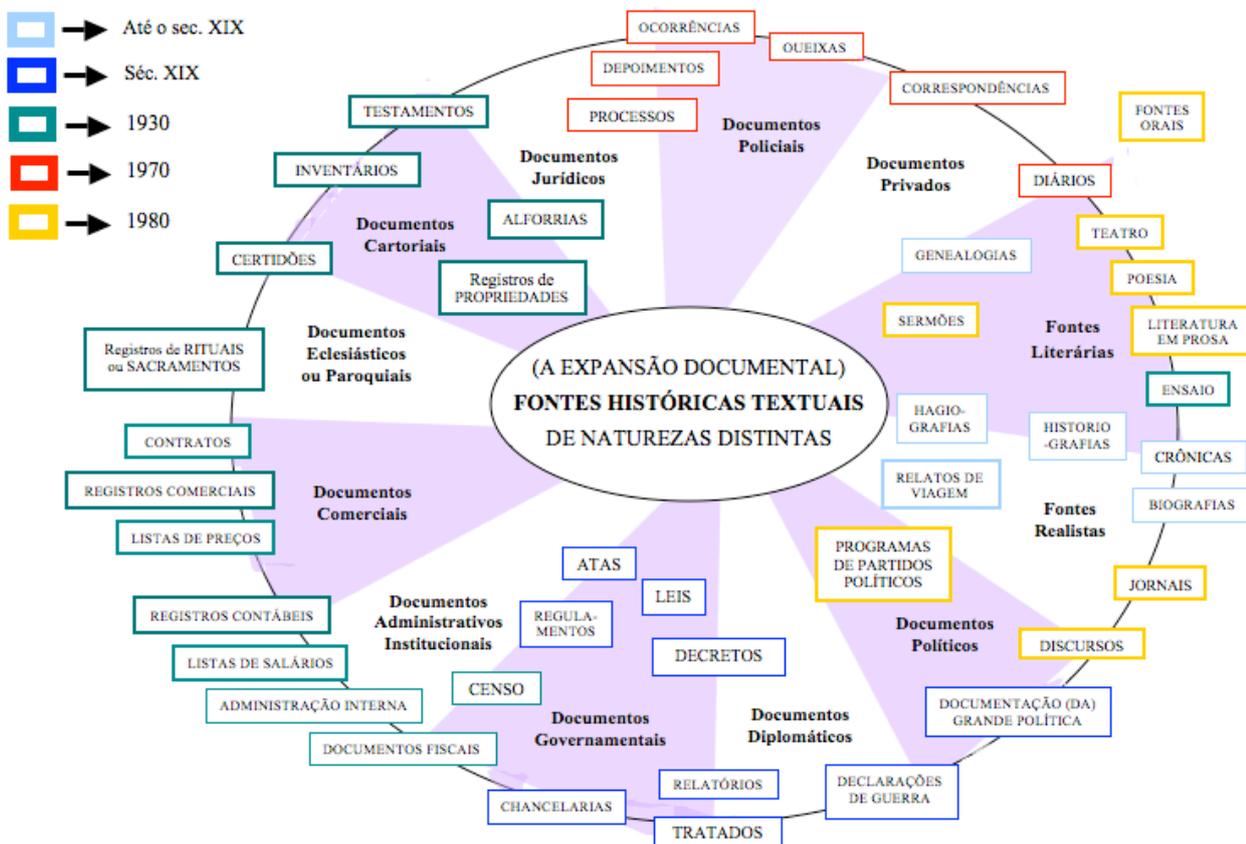
Mas, apesar desse ponto comum que é o suporte fundado no discurso transmitido através da escrita, cada tipo de fonte textual apresenta um sistema de comunicação que lhe é próprio, e que não pode ser imprudentemente confundido com os demais. A linguagem poética, por exemplo, é radicalmente diferente da linguagem legislativa. Além disso, um ou outro desses gêneros atende a objetivos muito específicos: enquanto o objetivo da poesia é entreter ou comover (e outras coisas mais) a partir de um código muito especial que é o do discurso poético, o objetivo de um documento legislativo é regulamentar a vida jurídica, para o que se requer um discurso com um determinado tipo de precisão e objetividade.

Da mesma maneira, a prosa de ficção irá se diferenciar de uma crônica com pretensões historiográficas, ou mais ainda de um registro da administração pública.

É em vista disso que se pode dizer que cada gênero de discurso requer uma abordagem singular, que não é válida para os demais. Por isso, enfatiza-se a necessidade de classificar o documento quanto ao gênero – com o que já estaremos imediatamente refletindo sobre a singularidade de sua linguagem. Apenas para introduzir a questão da diversidade de gêneros de discursos, destacaremos esquematicamente alguns tipos.

Um pequeno balanço sobre a variedade das fontes verbais

No Quadro 2 – destinado a apresentar visualmente a grande expansão documental de que se beneficiou à historiografia no que concerne às fontes verbais –, poderemos examinar os diversos gêneros de fontes textuais que se colocam à disposição do historiador. O quadro também procura mostrar como foi se dando essa expansão das fontes textuais desde os primórdios historicistas, e mesmo antes. Começaremos pela base do quadrante superior direito, na fatia documental que denominamos ‘Fontes Literárias’.



Quadro 2 : Momentos no processo de Ampliação das Fontes Historiográficas “Verbais”

As fontes literárias são essencialmente “autorais”. Há um autor que por sobre elas se anuncia, e essas fontes também podem ser partilhadas por inúmeros gêneros que estão indicados entre os retângulos no interior da fatia relativa às ‘fontes literárias’. A distinção entre os diversos gêneros textuais pertinentes às ‘fontes literárias’ é bastante radical, como é facilmente evidente. Um “ensaio”, uma “poesia”, um “texto teatral” ou uma “literatura em prosa” são na forma e no conteúdo gêneros literários radicalmente distintos uns dos outros. Apenas para simplificar, registramos a “literatura em prosa”, mas mesmo esse gênero poderia ser partilhado em subdivisões ainda menores, como o romance, o romance policial, a ficção científica, o conto, e assim por diante. Esses vários tipos de fontes, que agrupamos sobre a rubrica das ‘fontes literárias’, só mais recentemente começaram a ser explorados pelos historiadores como fontes históricas. Começamos por eles apenas para contrastá-los com o setor que está situado imediatamente abaixo, o que denominamos ‘fontes realistas’.

O que distingue das ‘fontes literárias’ as fontes ‘realistas’ – uma designação na qual tivemos de encaixar a própria ‘historiografia’ – é o fato de que esses textos pretendem se referir, de alguma maneira, à realidade, não se tratando de pura ficção ou criação livre. O que há em comum entre os “documentos

jornalísticos”, os “relatos de viagens”, as “biografias”, as “hagiografias”, as “crônicas” propriamente ditas e, finalmente, a “historiografia”, é o seu vínculo em maior ou menor medida com a realidade efetiva. Quem escreve um “relato de viagem” pretende narrar os acontecimentos de uma viagem que de fato ocorreu; quem escreve uma “biografia”, pretende retratar narrativamente a história de vida de uma pessoa real; e mesmo as mais fantasiosas “hagiografias” – que são biografias de santos – colocam-se para os seus leitores como relatos de algo que efetivamente teria acontecido. Esse gênero existe, precisamente porque há leitores que acreditam nos milagres e em uma margem sobrenatural da própria realidade. A “historiografia” é também um relato ou um texto que se coloca em relação direta com a realidade, e que pretende se referir a sociedades de certa época a partir de uma base documental que os historiadores julgam ser autêntica (e que constitui na verdade de textos que podem pertencer a todos os tipos de fontes verbais e não-verbais, para além da própria historiografia de épocas anteriores).

À parte a documentação jornalística, que só começou a ser explorada depois – mesmo porque os jornais só passaram a existir a partir de certa época – pode-se dizer que toda a historiografia que se fez até o século XVIII tomou por base documental esse tipo de fontes que designamos pelo título

ambivalente de “fontes realistas”. Tratam-se também de gêneros autorais, isto é, textos que possuem um autor que responde por eles, mas que, distintamente das ‘fontes literárias’, são textos construídos sobre a ideia de veracidade, de que expressam algo verdadeiro, e não algo que é uma livre criação dos seus autores. Durante séculos, os vários gêneros historiográficos se basearam essencialmente nesses tipos de fontes. Um historiador ou cronista medieval procurava amparar-se para a construção de seu próprio texto em obras elaboradas por outros cronistas e biógrafos. A partir da Idade Moderna, isso não mudaria. Mesmo depois do século XIX, essas fontes continuaram a ser bem frequentadas pelos historiadores.

O que assinala isto que tomaremos a liberdade de chamar de ‘revolução documental historicista’ foi o surgimento, no horizonte de expectativas documentais dos historiadores, de um novo tipo de texto de apoio: o documento de arquivo – desse arquivo que, na verdade, teria nos próprios historiadores oitocentistas os seus principais agentes de implantação. Em um mundo político posterior ao período napoleônico, no qual as diversas nações europeias queriam se afirmar como estados-nações, diversos historiadores foram contratados pelos governos dos vários países para colaborar com a consolidação da memória nacional através da montagem de grandes arquivos. Os

mesmos historiadores também eram conclamados a introduzirem a História no universo das disciplinas universitárias, e esse é um ponto de inflexão que irá separar os novos historiadores da História Erudita que antes se fazia, muitas vezes, por filósofos e pensadores que escreviam sobre diversas coisas, e não apenas sobre história. Os historicistas queriam se afirmar como um novo tipo de historiadores: especializados no seu ofício, trabalhando com uma postura metodológica que permitisse incluir a História entre as demais ciências, detentores de cadeiras universitárias relacionadas à nova disciplina que acabara de ser aceita no circuito acadêmico. Para esses historiadores de novo tipo, o “documento histórico” passou a desempenhar um papel primordial, e também a busca de técnicas adequadas para o seu tratamento.

Uma vez que a historiografia do século XIX priorizaria francamente a História da Política, das Guerras, da Diplomacia, da formação das grandes nações, dos grandes líderes políticos, e também, em alguma medida, a história das instituições importantes para a vida nacional como a Igreja, o universo de fontes proposto pelos historiadores passou a incluir, e a valorizar prioritariamente, os setores documentais aos quais nos referimos como documentação política, documentação diplomática, documentação governamental, e documentação administrativo-institucional.

No setor da documentação política, o que era valorizado eram os textos gerados nas instituições da Grande Política (não era o caso ainda da utilização de programas de partidos políticos ou da análise de discursos políticos, que só seria abordada com a nova história política do século XX, a não ser em casos mais específicos como as “falas presidenciais” e as “falas do trono”). A documentação que passa a ser valorizada no novo momento historicista é a que está indicada pelos retângulos de borda azul: declarações de guerra, tratados de paz, leis, documentação diplomática, decretos governamentais, chancelarias, relatórios governamentais (como os relatórios de presidentes de província, para o caso brasileiro). Lateralmente, continuava-se abordando, também, a ‘documentação autoral de realidade’: as crônicas, biografias, historiografias, mas sempre dirigidas ao estudo das grandes figuras políticas. Apesar da novidade do uso de fontes de arquivo, a historiografia oitocentista continuou a ser, tendencialmente, uma historiografia na qual se podia assistir a uma história conduzida pelos grandes indivíduos, e que buscava a particularização, frequentemente o acontecimental. Em um texto de 1968, intitulado “O que os historiadores devem a Karl Marx”, Eric Hobsbawm manifesta a ideia de que – à parte os inegáveis avanços nas técnicas de pesquisa – houve mesmo certo

reco para o factual em relação a uma historiografia que, embora não tão bem aparelhada, ao menos ainda tentava “compreender a transformação das sociedades humanas” (Hobsbawm, 1968:197). Mas, de todo modo, essa é uma questão que pode ser polemizada. O que é de fato inegável é que, com o historicismo, ocorreu de fato uma primeira expansão documental importante. Com a prática historicista, o hemisfério inferior do nosso universo de fontes em expansão já está quase todo tomado, à exceção da ‘documentação comercial’, que já constituiria uma conquista da historiografia do século XX.

A segunda grande revolução documental da história da historiografia ocidental deu-se na confluência de novas práticas historiográficas, para as quais tiveram um papel fundamental a historiografia francesa da Escola dos Annales, a cliometria americana, e os novos historiadores marxistas que, no século XX, empenharam-se em estudar a dimensão econômico-social do mundo humano, de acordo com os princípios que desde meados do século XIX já haviam sido firmados pelo Materialismo Histórico. No âmbito dos Annales, surgiram novas modalidades, bastante importantes para o novo paradigma historiográfico, tais como a História Serial e a História Quantitativa.

A ideia que norteava os annalistas era a de rejeitar aquilo que consideravam uma

historiografia particularizante, individualizadora, factual, narrativa ou descritiva em detrimento da análise, redutoramente política em detrimento das demais dimensões da vida humana. Empreendendo uma crítica aos setores mais conservadores do Historicismo, os Annales propõem uma história-problema, econômico-social, valorizadora dos movimentos coletivos em detrimento das ações individuais. Um aspecto sintomático desse discurso de rompimento em relação à historiografia anterior foi a rejeição, ao menos nos primeiros momentos, de todo o tipo de documentação de arquivo que vinha sendo utilizado pela História da Política que se desenvolvera no século anterior. Em detrimento da documentação diplomática, estatal, política, e também das fontes autorais realistas, os historiadores dos Annales acenaram com um novo tipo de documentação de arquivo: os documentos comerciais, paroquiais, cartoriais, as listas de preços e de salários, os contratos, os registros contábeis, a documentação do censo. Valorizava-se, aqui, toda uma nova documentação de arquivo a ser explorada que permitiria não apenas a exploração da História econômico-social, como também o surgimento da História Demográfica, da História Local.

É oportuno lembrar que o programa dos Annales também incluía a proposta de exploração de outros tipos de fontes, como as

fontes iconográficas e as fontes da cultura material, e nos anos sessenta essas fontes seriam utilizadas por novas modalidades como a História das Mentalidades. Mas o fato é que a documentação que se tornou dominante entre as décadas de 1930 e meados da década de 1970 foi a documentação que se prestava a uma análise serial e quantitativa por oposição às análises qualitativas que individualizavam cada fonte histórica ao invés de inseri-la em uma série mais ampla.

Os anos 70, nos quais começa a haver certa crise do fetichismo quantitativo, ocorre uma nova expansão documental. Entre outras modalidades históricas que começam a surgir nesse novo período, a Micro-História – interessada em captar a vida humana através de uma análise intensiva das fontes, do diálogo de vários pontos de vista e da valorização dos detalhes reveladores – descobre a importância de um novo setor de possibilidades documentais: a documentação judicial, de investigação e de inquérito⁹. Os documentos Jurídicos e Policiais, e também a documentação da inquisição para períodos anteriores, passam a chamar a atenção dos historiadores. A intensificação dos estudos de História Cultural – de uma Nova História Cultural – avança, em seguida, para a valorização daquelas fontes das quais partíramos nesse relato: as ‘Fontes Literárias’ não realistas. A ideia de que a historiografia

poderia tirar proveito da análise de discursos, como lugares privilegiados para a expressão ou ocultamento do poder, começa a atrair os historiadores também para esse tipo de fontes.

Por outro lado, no âmbito das fontes que havíamos antes categorizado como ‘Fontes Realistas, os periódicos estavam, até então, um pouco à parte das predileções documentais dos historiadores. Como nos diz Tânia Regina de Luca, que se especializou nesse tipo de fontes, por muito tempo as fontes jornalísticas eram evitadas por parecerem inadequados aos historiadores, já que “continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões; em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas” (De Luca, 2005:112). Nos anos 1980, essas fontes passam a ser bem valorizadas.

O retorno do político – de uma Nova História Política – também avança sobre fontes que ainda haviam sido pouco tocadas no setor da documentação política: os programas de partidos políticos e os discursos, entre outras. A valorização de uma História Vista de Baixo também faz despertar nas últimas décadas do século XX o interesse pela documentação privada: as correspondências e diários, por exemplo. Por fim, surge o interesse por um novo tipo de fonte que situamos já fora do círculo, pois é

ainda fonte-verbal, mas não mais ‘fonte textual’. Referimo-nos ao interesse crescente pela História Oral.

O balanço que aqui empreendemos referiu-se apenas às chamadas ‘fontes verbais’, de modo a dar uma ideia de sua variedade e de como os historiadores foram se apropriando progressivamente dos vários tipos de documentação que se fundamenta na palavra – primeiro escrita, e depois falada. Mas um movimento análogo foi se apropriando, também, das fontes da cultura material, das fontes iconográficas, das fontes musicais, de fontes complexas como o Teatro e o Cinema – já que essas incluem tanto um nível de verbalização como instâncias relacionadas à Imagem e ao Som. Esse seria certamente um assunto de razoável complexidade para ser desenvolvido em outro artigo.

REFERÊNCIAS

- ARÓSTEGUI, Júlio. *A Pesquisa Histórica*. Bauru: EDUSC, 2006 [original: 1995].
- BACHELARD, Gaston. *L’Air et les songes*. Paris: Corti, 1943.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- BASSELAR, José Van den. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: EPU, 1979.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [original publicado: 1949, póstumo] [original de produção do texto: 1941-1942].

- BLOCH, Marc. *Les Caracteres Originaux Le l'Histoire Rurale Française*. Paris: A.Colin, 1931.
- BRAUDEL, Fernando. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978 (original: 1969).
- BRAUDEL, Fernando. "História e Ciências Sociais: a Longa Duração". *Annales ESC*, nº4, 1958, p.725-753 (republicado em *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p.41-78) [original do artigo: 1958].
- BRAUDEL, Fernando. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. São Paulo: Martins Fontes, 1984. [La Mediterranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II. Paris: A.Colin, 1949. 3 vol] [edição ampliada: 1966].
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales –1929-1989: a Revolução Francesa da Historiografia* São Paulo: UNESP, 1991.
- CERTEAU, Michel De. "A Operação Historiográfica" In *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.65-119 [original: 1974].
- CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros – leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- CHARTIER, Roger. "Textos, impressos, leituras" em *A História Cultural - entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990
- CHAUNU, Pierre. "História e Ciências Humanas – a História Serial" in *A História Como Ciência Social*. Rio de Janeiro: 1976. p.68-102.
- CHAUNU, Pierre e CHAUNU, Hugette. *Seville et l'Atlantique (1504-1650)*. Paris: 1955-1960.
- DE LUCA, Tânia Regina. "História dos, nos, e por meio dos periódicos" In PINSKY, Jaime (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.111-153.
- DELORME, J. *Introduction à la Bible* Paris: Desclée, 1969.
- FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire* (1953). Paris: Armand Colin, 1965.
- FURET, François. « Le Quantitatif en Histoire » in LE GOFF, J. E NORA, P. (orgs). *Faire de l'Histoire*. Paris: Gallimard, 1974, p.46-61.
- FONTANA, Joseph. *História dos Homens*. Bauru: EDUSC, 2004.
- HOBSBAWM, Eric. "O que os historiadores devem a Karl Marx" (1968) in *Marx and the Contemporary Scientific Thought*. Haia: 1969, p.197-211 [incluído em *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.155-170].
- LE GOFF, Jacques. « Documento / Monumento » In Ruggiero Romano (org.) *Enciclopédia Einaudi – História e Memória*. Porto: Imprensa Nacional, 1984. p.95-106 [também incluído em LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990. p.535-549).
- LE GOFF, Jacques e TOUBERT, Pierre. « Une histoire totale du Moyen Age est-elle possible? » in Actes do 100º Congrès National des Sociétés savantes. Paris: Secrétariat d'État aux Universités, 1975.
- LADURIE, Le Roy *Montaillou, uma aldeia occitânica* Lisboa: Edições 70, 1990.
- LEROI-GOURHAN, *Evolution et Technique: L'Homme et la matière*. Paris: A. Michel, 1943.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Henrique Espada Rodrigues. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MANGEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- VILAR, Pierre. "Pour une meilleure compréhension entre économistes et historiens. Histoire Quantitative' ou économie rétrospective?" in *Une histoire en construction*. Paris: Gallimard, 1982. p. 295-313

¹ Desta possibilidade Fernando BRAUDEL lança mão em *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (Paris: 1949), e antes dele Marc BLOCH em *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: A. Colin, 1952 [original de 1931].

² É interessante notar, com François Furet, que “de uma maneira geral, os arquivos europeus foram constituídos e classificados no século XIX segundo procedimentos e critérios que refletem as preocupações ideológicas e metodológicas da história dessa época: predominância dos valores nacionais e, em consequência, prioridade dada às fontes político-administrativas” (FURET, François. “O quantitativo em história” em *História: novos problemas* (org: LE GOFF, J. e NORA, P.) Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 53.

³ “[...] esses critérios, e as correspondentes categorias complexas que deles se depreendem, têm antes de mais nada um valor técnico ao oferecer de modo especial a observação, crítica e avaliação documental” (ARÓSTEGUI, 2006, p.494).

⁴ Traudl Junge ocupou o posto de secretária particular de Hitler desde o outono de 1942 até 1945, com a derrocada do regime nazista. Acompanhava-o em todos os lugares, e foi para ela, bunker do Führer, que Hitler ditou seu testamento. Os *Diários* teriam sido escritos em 1947, mas foi somente nos anos 90 que Traudl decidiu trazer a público sua história.

⁵ Para a reflexão de Pierre Vilar sobre esta modalidade historiográfica, ver “Pour une meilleure compréhension entre économistes et historiens. Histoire Quantitative ou économie rétrospective?” (1982. p. 295-313).

⁶ Chaunu também produziu ensaios teórico-metodológicos sobre as modalidades da História Serial e da História quantitativa, entre o que se intitula “História e Ciências Humanas – a História Serial”, e que está incluído na coletânea *A História Como Ciência Social*. (1976. p. 68-102).

⁷ Segundo Gaston Bachelard (1943), “a imaginação de um movimento reclama a imaginação de uma matéria”. A partir de um enfoque que não deixa de ser similar, os objetos e artefatos são encarados como complexos de tendências ou “redes de gestos” por Leroi-Gourhan. O vaso, por exemplo, seria uma materialização da tendência geral de conter fluidos (LEROI-GOURHAN, 1943. p.18).

⁸ Desta possibilidade Braudel se vale em *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949), e antes dele Marc Bloch em *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* (1931).

⁹ A Micro-História é a modalidade historiográfica que trabalha com a redução da escala de observação utilizada pelo historiador, e na qual este utiliza um campo bem específico de observação – uma

vizinhança, uma família, a trajetória de um indivíduo anônimo, uma prática cultural examinada em detalhe – de modo a investigar uma questão social, cultural, econômica ou política mais ampla. Metaforicamente, pode-se dizer que, com a Micro-História, o historiador busca enxergar algo do oceano inteiro a partir de uma “gota d’água”, cuidadosamente escolhida. A abordagem privilegia, para tal, a apreensão de detalhes que por vezes passam despercebidos pela macro-história tradicional, a análise densa de fatores que interagem em determinada realidade, a atenção a fontes que podem iluminar aspectos relacionados à vida cotidiana, às práticas de sociabilidade e à expressão dialógica das várias vozes sociais. Entre outras obras que podem esclarecer esta modalidade historiográfica, ver (1) LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; (2) LIMA, Henrique Espada Rodrigues. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; (3) REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.